

Bases relevantes para reflexão do papel público do jornalismo



Resenha: ROTHBERG, D. *Jornalismo público – informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 214 p. 1ª edição. ISBN: 978-85-3930-177-5.

PAULINO, Fernando O.

O livro *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão* proporciona contribuição conceitual e empírica aos estudos de comunicação. Com trajetória marcada pela análise crítica de conteúdos e processos jornalísticos, que fazem dele um dos impulsionadores e realizadores da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RENOI), o professor Danilo Rothberg oferece aos leitores múltiplos caminhos para a compreensão do papel público do jornalismo.

Uma vista de olhos apressada poderia de antemão considerar o título redundante. Não seria *per se* público todo o jornalismo ou pelo menos a essência da prática cotidiana de proporcionar informação e opinião? Não necessariamente. Na introdução e na conclusão da obra, o autor apresenta a necessidade de relacionar a função pública do jornalismo por meio de iniciativas concretas, proporcionando que as organizações jornalísticas atuem como instrumentos de fortalecimento da democracia. Compete, então, aos veículos proporcionar informação e comunicação amparada na diversidade e pluralidade de perspectivas diante da centralidade crescente da mídia na vida contemporânea.

Para Rothberg, não será público, por exemplo, o jornalismo que privilegie interesses segmentados

e alinhados apenas a grupos específicos ou que seja vitimado pela tendência ao entretenimento, a superficialidade e a fragmentação. Para didaticamente fundamentar a questão, o livro apresenta não só reflexão sobre conceitos relacionados ao jornalismo público, tomando como referência pesquisas desenvolvidas por autores nacionais e internacionais, como também inclui interessante estudo empírico sobre dois telejornais realizados pela BBC.

De maneira exemplificada na obra, que é acompanhada por prefácio assinado pelo professor Laurindo Leal Filho (USP), a crença na circulação de informações realizada apenas pelas regras de mercado se revela insuficiente por não proporcionar automaticamente acesso diversificado e plural às ideias necessárias para a formação política e o aperfeiçoamento da democracia.

Nesse aspecto, a atuação de empresas de comunicação pode ser tendente à concentração de propriedade, fazendo da complexidade inerente aos processos logísticos de produção, distribuição e acesso à informação prática mais facilitada a grupos com maior potencial técnico e, sobretudo, econômico.

Dessa forma, a compreensão da comunicação como um exercício de direito civil no qual o Estado deve abster-se para que a sociedade encontre ma-

neiras de viabilizar o pleno exercício da liberdade de expressão revela-se insuficiente e contraditória. O livro traz práticas mais relacionadas à percepção de que a comunicação deve ser compreendida como um direito social, logo uma riqueza coletiva, na qual o Estado e a sociedade tem papéis a desempenhar.

Toda produção acadêmica é feita de escolhas metodológicas e epistemológicas. Uma crítica precipitada ao livro seria contestar a opção por práticas desenvolvidas na Europa e na América do Norte, caminho que tem razão de ser. Se por um lado ainda há um campo fértil para estudos sobre as práticas jornalísticas em solo brasileiro e na América Latina, buscar práticas externas no hemisfério norte pode contribuir com a comunicação nacional e também servir de estímulo para novas pesquisas estudarem nossas realidades locais.

No que tange ao papel do Estado e às atividades de radiodifusão, a obra se ampara em experiências referenciais da BBC e na preocupação do sistema público britânico em proporcionar programação amparada em pluralidade de vozes e equilíbrio, não necessariamente sinônimo do chamado modelo adversarial, que pressupõe confronto entre fonte e profissional de imprensa para a produção do jornalismo.

Buscando exemplificar essa questão, o professor Danilo Rothberg apresenta relevante estudo empírico desenvolvido durante pós-doutorado em terras inglesas, sobre conteúdos veiculados pelo *BBC News Ten O'Clock* (BBC1) e *Newsnight* (BBC2). A pesquisa leva em conta reportagens sobre o fenômeno da imigração que podem servir de contraponto ao argumento de um jornalismo padrão amparado em reportagens sem tempo de aprofundamento.

Além das práticas da BBC, o livro contém interessante reflexão sobre a compreensão do jornalismo público traduzido das práticas norte-americanas de *civic journalism*.

Fundamentado em ações da sociedade que se intensificam nos anos 1990 de envolvimento dos cidadãos na formulação da agenda e escrutínio dos veículos e também da representação política,

os idealizadores e os estudiosos do *civic journalism* formularam, receberam e responderam críticas à prática desenvolvida, que estão presentes no livro.

Se, por um lado, poderia haver e houve a compreensão de impossibilidade de envolvimento e engajamento público permanente, bases do *civic journalism* e do *public broadcasting service* podem estimular uma reflexão por parte de empresários, profissionais de comunicação e leitores, telespectadores e ouvintes sobre critérios e conteúdos publicados.

O debate sistematizado na obra se mostra ainda mais relevante se levarmos em conta transformações que pouco a pouco ocorrem no Brasil e que podem servir de tema para futuras publicações. Os últimos anos têm sido marcados por alterações na paisagem socioeconômica que se manifestam de diversas maneiras, dentre elas, expansão crescente do acesso a tecnologias de informação e comunicação com maior acesso de jornais impressos, internet e televisão por assinatura.

Ademais, a aplicação prática do sistema de complementaridade (público, privado e estatal), previsto na Constituição Federal de 1988, tem proporcionado a criação e a consolidação de canais de comunicação implantados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Desde 2008, tem crescido ainda reflexões e ações de órgãos como a Empresa Brasil de Comunicação, responsável pelo sistema público de comunicação no país.

Os fenômenos acima proporcionam uma permanente reflexão sobre práticas e as potencialidades de aplicação não só do conceito de jornalismo ou radiodifusão públicos. Conforme exposto por Danilo Rothberg ao longo do livro, também é primordial estimular, proporcionar e consolidar condições para que os veículos de comunicação promovam direitos e disseminem valores relacionados ao interesse público que se distingue dos interesses privados. Tal compreensão é essencial para as intersecções necessárias e cotidianas entre cidadania e prática jornalística, incluindo a prestação de contas (*accountability*) da atuação desenvolvida.

Fernando Oliveira Paulino é professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e diretor da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). E-mail: <paulino@unb.br>.

Recebido para avaliação em março de 2012. Aprovado para publicação em março de 2012.